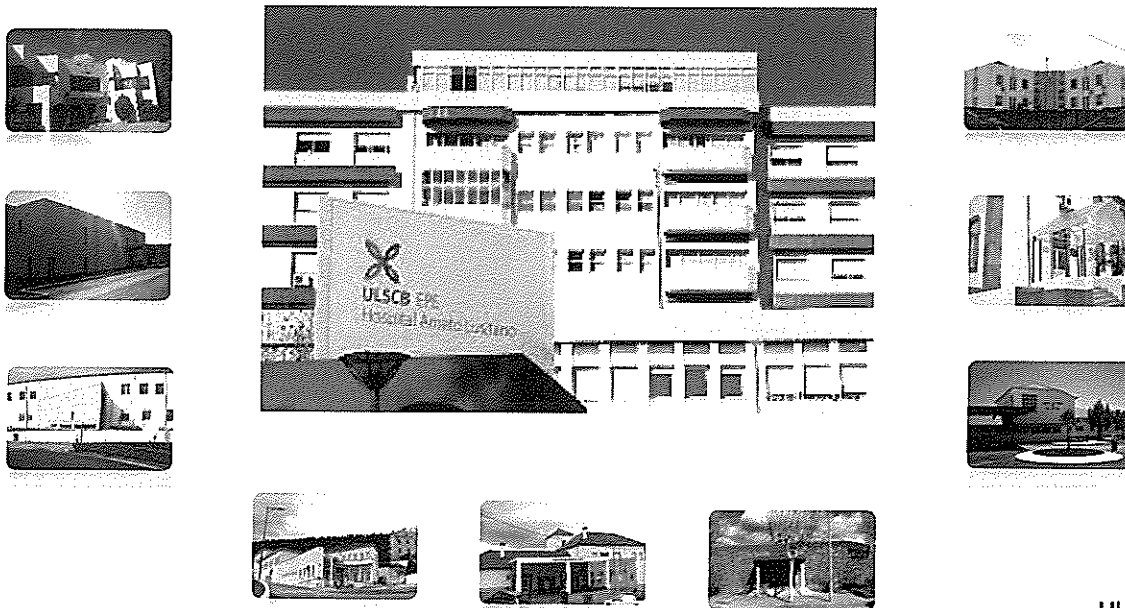




ULSCB, EPE

Reunião de CA em 24/5/2024

Almeida

Presidente
Eng. José Nunes

Vogal Executiva - Dir. Clin. Hospitalar
Dra. Maria Eugénia André

Vogal Executiva - Dir. Clin. CSP
Dr. João Ramos

Vogal Executiva
Dra. Tânia Pedro

Vogal Executiva - Enf. Diretor
Carlos Almeida - MSc, PhD

Relatório de Execução Orçamental

Período: 01 de janeiro a 30 de setembro de 2023

NOTA PRÉVIA

- O presente relatório de execução orçamental, referente ao período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2023, visa dar cumprimento ao previsto na alínea b) do n.º 4 do art.º 67.º do Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto.
- O referencial contabilístico em vigor é o SNC-AP, aprovado pelo DL n.º 192/2015, de 11 de setembro.
- A aplicação SICC apresenta neste período mapas de controlo da execução orçamental ainda com algumas incorreções, permitindo, no entanto, que sirvam de base ao reporte realizado mensalmente no SIGO/DGO, após alguns ajustamentos necessários, prevalecendo, em caso de dúvida, os elementos que constam do balancete.
- A análise ao controlo do orçamento económico tem por base o Acordo-Modificativo ao Contrato-programa para 2023.
- Apesar de ainda não estarem implementados os centros analíticos de responsabilidade, cada responsável de serviço é informado periodicamente sobre a evolução da execução do Contrato-programa da sua área, no sentido de serem corrigidas atempadamente todas as situações que possibilitem melhorar o desempenho e alcançar os objetivos previstos.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	4
II – Execução Económica face ao Contrato-programa e Análise à Evolução dos Gastos e Rendimentos Operacionais face ao período homólogo de 2022	9
<i>A – Gastos e Perdas</i>	9
<i>B – Rendimentos e Ganhos</i>	13
III – Recursos Humanos.....	14
IV – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
Anexo I – Gastos e Perdas.....	19
Anexo II – Variação Gastos e Perdas	20
Anexo III – Rendimentos e Ganhos.....	21
Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos.....	21

INTRODUÇÃO

O presente relatório pretende dar a conhecer a evolução ocorrida nos gastos e nos rendimentos da ULSCB no período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2023, tanto na vertente orçamental, com base no orçamento aprovado pelo Ministério das Finanças, como na vertente económica, tendo como referência o Acordo Modificativo ao Contrato-programa para 2023.

Analisaremos ainda as principais variações em comparação com o período homólogo de 2022 e nomeadamente a evolução dos gastos operacionais (n.º 8 do art.º 133.º do DL 10/2023, de 8 de fevereiro - DLEO), bem como a evolução da dívida e dos pagamentos em atraso.

O ano de 2022 ficou marcado pelo regime duodecimal até à entrada em vigor do orçamento para 2022, com um nível de financiamento mensal insuficiente e um crescente aumento da dívida, sendo reforçado após a aprovação do orçamento, no montante de 4,4 M€, o que permitiu uma redução temporária da mesma. Contudo, os aumentos decorrentes da energia, dos combustíveis e de muitos outros bens e serviços absorveram parte deste acréscimo e no final do ano, para aliviar esta situação, que já era insustentável, foi autorizada, através do Despacho Finanças e Saúde de 22 de dezembro de 2022, a entrada de capital para cobertura de prejuízos transitados nas entidades públicas empresariais pertencentes ao SNS, tendo a ULSCB recebido o montante de 18.292.237 euros para a liquidação de pagamentos em atraso a fornecedores externos, o que possibilitou que a dívida a essas empresas externas baixasse a 31/12/2022 para os 13,7 M€ (valor provisório em 10/01/2023, aumentando mais tarde para os 15,7 M€ por ter sido rececionada faturação adicional em falta), quando em novembro já se situava nos 30 M€. Ao nível do PMP, o ano de 2022 superou ainda assim o do ano anterior, fixando-se após o registo de toda a faturação nos 214 dias (contra os 208 dias de 2021).

Para o corrente ano, considerando o reforço substancial da dotação orçamental (+7,3 M€), existe alguma reaproximação entre o nível dos gastos e dos rendimentos, embora seja necessário conseguirmos estancar ou reduzir alguns gastos, já que do lado dos rendimentos não temos outras fontes de financiamento significativas para além do duodécimo e de algumas verbas de projetos cofinanciados, com o peso da receita própria, proveniente essencialmente das taxas moderadoras, a ser cada vez mais diminuto, atendendo às isenções e dispensas de pagamento em vigor.

Passando à análise aos resultados alcançados no período, verificamos que o resultado líquido ascendeu a 6,3 M€ negativos, melhorando face ao período homólogo (foi de -10,1 M€), situando-se o EBITDA nos 4,7 M€ negativos (-8,6 M€ em 2022).

Em termos orçamentais/financeiros, a cobrança foi significativamente superior à registada no período homólogo, com um acréscimo de 19,17% (+11,9 M€), e a despesa paga também cresceu 18,89% (+11,7

M€), decorrendo do facto da dotação orçamental ter sido reforçada atendendo à sua desadequação, que se mantém, face às reais necessidades.

Do ponto de vista da execução económica, globalmente os gastos superaram o referencial do período (75%) em 2,7 M€ (+2,76%), e ao nível dos rendimentos o desvio foi negativo (-1 M€ / -1,11%).

Feitas estas considerações, passaremos à análise da execução orçamental e económica ocorrida nas principais rubricas de forma mais detalhada.

I – Execução Orçamental

Da execução ocorrida nas receitas (quadro infra), resulta uma taxa de cobrança de 76,34% face à dotação corrigida anual, correspondendo a 74,1 M€ cobrados, ficando assim acima do total do referencial do período (+1,3 M€), não existindo alterações em termos de dotações.

Controlo da Execução Orçamental - Ano 2023

Período: janeiro a setembro 2023

u.m.: euro

Código	Designação	P.F.	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA ANUAL (2)	Variação relativa da DOTAÇÃO (2)/(1)	Variação absoluta da DOTAÇÃO (2)-(1)	DOTAÇÃO DO PERÍODO (3)	LIQUIDAÇÕES DO PERÍODO (4)	TAXA EXECUÇÃO relativa (4/2)	COBRADO do exercício (5)	COBRADO de exercícios anteriores (6)	TOTAL COBRADO (7)	DESVIO DA EXECUÇÃO TRIMESTRAL (7) - (3)	TAXA EXECUÇÃO ANUAL (7/2)
RECEITAS														
	<i>Receitas Correntes</i>		95.001.050	95.001.050	0,00%	0	71.250.788	72.720.719	76,55%	72.140.839	478.079	72.618.918	1.368.131	76,44%
04	Taxas, multas e outras penalidades	513	193.145	193.145	0,00%	0	144.859	366.150	189,57%	363.385	8.242	371.627	226.768	192,41%
06	Transferências correntes	413	0	1.073.631		1.073.631	805.223	1.601.347	149,15%	1.601.347	0	1.601.347	796.124	149,15%
06	Transferências correntes	541	101.861	101.861	0,00%	0	76.396	48.135	47,26%	48.135	0	48.135	-28.261	47,26%
07	Vendas de bens e serviços correntes	361	189.444	189.444	0,00%	0	142.083	46.182	24,38%	46.182	0	46.182	-95.901	24,38%
07	Vendas de bens e serviços correntes	362	33.745	33.745	0,00%	0	25.309		0,00%	0	0	0	-25.309	0,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	413	1.073.631	0	-100,00%	-1.073.631					0	0	0	
07	Vendas de bens e serviços correntes	511	93.014.807	93.014.807	0,00%	0	69.761.105	70.058.154	75,32%	69.761.105	0	69.761.105	0	75,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	513	359.028	359.028	0,00%	0	269.271	335.774	93,52%	59.768	469.626	529.394	260.123	147,45%
08	Outras receitas correntes	513	35.389	35.389	0,00%	0	26.542	264.977	748,76%	260.917	211	261.128	234.586	737,88%
	<i>Receitas de Capital</i>		2.069.560	2.069.560	0,00%	0	1.552.170	1.481.813	71,60%	1.481.813	0	1.481.813	-70.357	71,60%
10	Transferências de capital	483	1.428.404	1.428.404	0,00%	0	1.071.303	1.115.754	78,11%	1.115.754	0	1.115.754	44.451	78,11%
12	Passivos Financeiros	432	641.156	641.156	0,00%	0	480.867	366.059	57,09%	366.059	0	366.059	-114.808	57,09%
	Total Receitas		97.070.610	97.070.610	0,00%	0	72.802.958	74.202.532	76,44%	73.622.652	478.079	74.100.731	1.297.774	76,34%

Assim, ao nível das receitas correntes, a execução foi de 76,44%, com a fonte de financiamento (FF) 511 a corresponder ao valor previsto para o período, representando 96% das receitas correntes cobradas. Quanto à FF 513, relativa a receita própria, temos uma execução anual muito acima do previsto, atingindo os 197,79% (correspondendo +721 mil€ face à dotação do período), com as “vendas de bens e serviços correntes” a apresentarem uma taxa de execução de 147,45% (+260 mil€) decorrente do registo de fluxos de recebimento no âmbito do programa *clearing house* (ACSS), entre outras situações, as “outras receitas correntes” a superarem a dotação em 235 mil€ (+737,88%) e as “taxas, multas e outras penalidades” a chegarem a uma execução de 192,41% (+227 mil€) por termos executado dois ciclos de recuperação de taxas moderadoras em dívida através do SITAM/SPMS.

Nas demais rubricas e FF relacionadas com projetos cofinanciados (FF 361, 362 e 413), a execução foi bastante elevada na FF 413, apresentando uma taxa de 149,15%, isto é superior em mais de 500 mil€ face à dotação anual, com a maior fatia a corresponder a financiamento no âmbito do projeto de Remodelação e ampliação do HAL, sendo bem mais reduzida nas restantes FF.

De salientar ainda a menor execução, face ao período anterior, na FF 541 (47,26%), respeitando aos recebimentos provenientes do INEM, no âmbito do protocolo da VMER existente.

Quanto às receitas de capital, a verba inscrita na FF 432 respeita à componente cofinanciada do projeto POSEUR, com uma execução de 57,09% neste período. Quanto à FF 483 do PRR, a execução registada foi elevada, estando acima do previsto para o período, contudo será objeto de correção no reporte seguinte em virtude de terem verificado incorreções nos registos. De referir, adicionalmente, que continuamos a aguardar o pagamento do pedido de reembolso apresentado em 06 de março ao Núcleo do PRR, no montante de 138 mil€, para além do reembolso de 140 mil€ de IVA já pago.

Ao nível das despesas (quadro seguinte), a execução global foi de 75,76%, portanto ligeiramente inferior às receitas. Contudo, se confrontadas com a dotação teórica deste período (que exclui o subsídio de Natal, bem como os seus encargos), as despesas pagas foram superiores ao referencial em 3 M€, essencialmente devido aos gastos com pessoal da FF 511.

Código	Designação	F.F.	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA ANUAL (2)	Variação relativa da DOTAÇÃO (2)/(1)	Variação absoluta da DOTAÇÃO (2)/(1)	DOTAÇÃO DO PERÍODO (3)	COMPROM. ASSUMIDOS (4)	TAXA EXECUÇÃO relativa (4/2)	PAGO do exercício (5)	PAGO de exercícios anteriores (6)	TOTAL PAGO (7)	DESVIO DA EXECUÇÃO TRIMESTRAL (7)-(3)	TAXA EXECUÇÃO ANUAL (7/2)
DESPESAS														
	<i>Despesas Correntes</i>		93.433.039	92.782.039	-0,70%	-651.000	67.272.298	102.260.056	110,22%	51.160.588	19.647.855	70.808.443	3.536.145	76,32%
01	Despesas com pessoal	511	52.808.878	52.808.878	0,00%	0	37.292.427	44.041.432	83,40%	38.818.503	2.457.129	41.275.632	3.983.205	78,16%
02	Aquisições de bens e serviços	361	92.136	92.136	0,00%	0	69.102	59.877	64,99%	0	46.182	46.182	-22.920	50,12%
02	Aquisições de bens e serviços	413	522.104	102.104	-80,44%	-420.000	76.578	919.745	900,79%	50.203	25.037	75.240	-1.338	73,69%
02	Aquisições de bens e serviços	511	39.603.903	39.252.903	-0,89%	-351.000	29.439.677	56.606.231	144,21%	11.707.920	17.086.586	28.794.506	-645.171	73,36%
02	Aquisições de bens e serviços	513	0	120.000		120.000	90.000	321.733	268,11%	321.733	0	321.733	231.733	268,11%
02	Aquisições de bens e serviços	541	101.861	101.861	0,00%	0	76.396	60.932	59,82%	22.263	25.872	48.135	-28.261	47,26%
03	Juros e outros encargos	511	97.908	97.908	0,00%	0	73.431	65.000	66,39%	56.786	6.123	62.909	-10.522	64,25%
06	Outras despesas correntes	511	206.249	206.249	0,00%	0	154.687	185.106	89,75%	183.180	926	184.106	29.419	89,26%
	<i>Despesas de Capital</i>		3.637.571	4.288.571	17,90%	651.000	3.216.428	3.480.730	81,16%	1.632.863	1.094.744	2.727.607	-488.821	63,60%
07	Aquisição de bens de capital	361	97.308	97.308	0,00%	0	72.981	0	0,00%	0	0	0	-72.981	0,00%
07	Aquisição de bens de capital	362	33.745	33.745	0,00%	0	25.309	0	0,00%	0	0	0	-25.309	0,00%
07	Aquisição de bens de capital	413	551.527	971.527	76,15%	420.000	728.645	1.310.131	134,85%	586.398	458.735	1.045.133	316.488	107,58%
07	Aquisição de bens de capital	432	641.156	641.156	0,00%	0	480.867	476.072	74,25%	474.492	129.915	604.407	123.540	94,27%
07	Aquisição de bens de capital	483	1.428.404	1.428.404	0,00%	0	1.071.303	482.772	33,80%	482.772	0	482.772	-588.531	33,80%
07	Aquisição de bens de capital	511	297.869	648.869	117,84%	351.000	486.652	388.223	59,83%	2.767	54.432	57.199	-429.453	8,82%
07	Aquisição de bens de capital	513	587.562	467.562	-20,42%	-120.000	350.672	823.532	176,13%	86.434	451.662	538.096	187.425	115,09%
	<i>Total Despesas</i>		97.070.610	97.070.610	0,00%	0	70.488.726	105.740.786	108,93%	52.793.451	20.742.599	73.536.050	3.047.324	75,76%

Analisando agora as principais rubricas de despesas correntes, o agrupamento 01 (despesas com pessoal) apresenta uma execução de 78,16% face à dotação atual. Neste período tivemos o pagamento do subsídio de férias e respetivos encargos/retenções pelo que, excluindo da dotação os encargos relacionados com o subsídio de Natal, temos uma execução superior ao referencial em 4 M€.

Ao nível do agrupamento 02 (aquisições de bens e serviços), estão contabilizados 24,1 M€ de compromissos relacionados com faturação que ficou por pagar de anos anteriores. Isto é, apenas 33,9 M€ (41,55%) respeitam à execução de 2023, sendo portanto um montante assinalável quando confrontado com a dotação total que continua a ser deficitária face às reais necessidades da ULSCB, tal como foi mencionado na memória justificativa da proposta de orçamento para 2023.

O peso dos encargos de anos anteriores continua a constituir uma limitação que não tem sido possível resolver ao nível do financiamento (e nem o pagamento avultado ocorrido em finais de 2022 permitiu resolver a questão), impossibilitando, por esse facto, o cumprimento integral da LCPA e sendo um entrave ao nível da gestão corrente, obrigando à assunção de compromissos sem disponibilidade orçamental, única forma de conseguirmos manter em funcionamento a atividade assistencial da ULSCB.

Em relação a pagamentos, as aquisições de bens e serviços, considerando todas as FF, ficaram cerca de 400 mil€ abaixo da dotação teórica do período, com as despesas transitadas de anos anteriores a representarem 58,7% do montante pago.

Quanto ao agrupamento 03, a taxa de execução (64,25%) ficou aquém do referencial (-11 mil€), resultando estes gastos essencialmente de juros pagos ao Instituto da Segurança Social devido a correções a meses anteriores (19 mil€) e de encargos com o processo de recuperação de taxas em dívida (SITAM) pagos aos SPMS (43 mil€).

No que respeita ao agrupamento 06, a taxa de execução superou largamente o previsto (89,26%), devido essencialmente a pagamentos de impostos à Autoridade Tributária (130 mil€), bem como de uma coima de 19 mil€ paga ao IGAMAOT relacionada com uma contraordenação ambiental, a taxas respeitantes à contribuição regulatória anual paga à ERS (12 mil€) e a uma indemnização paga a um ex. colaborador no seguimento de uma sentença judicial (11 mil€).

Passando à análise das despesas de capital, verifica-se que globalmente a execução fixou-se nos 63,6%, ficando portanto abaixo do referencial do período e, tal como referido nas receitas, algumas destas FF evidenciam uma execução muito baixa ou nula nas FF 361, 362 e 483, mas a FF 413 superou o referencial em 316 mil€ (projeto de Remodelação do HAL) e na FF 432 também foi excedida a dotação teórica em 124 mil€. De assinalar ainda os encargos pagos com recursos a fundos próprios (FF 513), que também ultrapassaram em 187 mil€ a dotação deste período.

Resumidamente, face à execução já ocorrida neste período, algumas dotações já apresentam insuficiência de dotação disponível se atendermos ao valor estimado, essencialmente no agrupamento 01, devido às valorizações remuneratórias decorrentes do Decreto-Lei n.º 80-B/2022, de 28 de novembro, que estabelece os termos de contagem de pontos em sede de avaliação do desempenho dos trabalhadores enfermeiros à data da transição para as carreiras de enfermagem e especial de enfermagem, pela aplicação do Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro, que aprova as medidas de valorização dos trabalhadores em funções públicas, visando o reforço dos salários e da valorização global dos trabalhadores da Administração Pública, bem como a aplicação do Decreto-Lei n.º 50-A/2022, de 25 de julho, que estabelece o regime remuneratório do trabalho suplementar realizado por médicos em serviços de urgência. Também o agrupamento 02 apresenta uma execução elevada ao nível dos compromissos devido aos montantes por pagar assumidos transitados de anos anteriores, superando já a dotação disponível em cerca de 18 M€. Ao nível da receita própria, destaca-se essencialmente a elevada execução na FF 413 relacionada com projetos cofinanciados em curso, estando a FF 511 (contrato-programa) dentro do que seria previsível.

De referir, adicionalmente, que a existência de dívidas de anos anteriores absorve logo à partida cerca de 30% da dotação do exercício, o que causa sérios problemas ao nível da cabimentação dos processos de aquisição e no cumprimento da LCPA como já aqui referimos, já que os fundos disponíveis são insuficientes para a totalidade dos compromissos que prevemos assumir na gerência. Trata-se de uma questão recorrente nos últimos anos, e embora se apresente estas dificuldades junto da tutela mensalmente, apenas pontualmente são atribuídas verbas adicionais para cobertura de prejuízos que permitem reequilibrar o orçamento do ano, sem contudo possibilitar uma redução significativa e consolidada da dívida a curto/médio prazo já que, mantendo-se a despesa superior à receita, inevitavelmente a dívida volta de novo a progredir.

Em termos homólogos, quadro infra, a execução reflete o acréscimo ao nível das dotações. Assim o aumento das liquidações e da cobrança em cerca de 19%, permitiram também o crescimento ao nível dos pagamentos (+18,89% / +11,7 M€). Quanto aos compromissos, o acréscimo de 2,4 M€ (+2,36%) face ao ano anterior justifica-se pelo aumento nos encargos com pessoal (+3,5 M€) e nas aquisições de bens de capital (+800 mil€). Quanto às aquisições de bens e serviços, apesar de diminuírem 1,9 M€, tal se deve exclusivamente à redução da dívida que ocorreu em dezembro de 2022, após o pagamento tornado possível com a verba atribuída para cobertura de prejuízos, tendo reduzido assim os compromissos transitados em cerca de 5,5 M€, o que significa que se retirarmos esse efeito, o aumento dos compromissos do ano rondará os 3,6 M€ neste agrupamento.

Descrição	2022	2023	variação	%
Receitas				
- Liquidações	62.542.938	74.202.532	11.659.594	18,64%
- Cobrança	62.178.222	74.100.731	11.922.509	19,17%
Despesas				
- Compromissos	103.303.878	105.740.786	2.436.908	2,36%
- Pagamentos	61.854.686	73.536.050	11.681.364	18,89%

II – Execução Económica face ao Contrato-programa e Análise à Evolução dos Gastos e Rendimentos Operacionais face ao período homólogo de 2022

A – Gastos e Perdas

Globalmente, a execução superou o referencial teórico do período (75%) em 2,76% (Anexo I), correspondendo a encargos superiores em 2,7 M€ face ao orçamento mensualizado (OM).

Os desvios positivos mais significativos verificaram-se nos fornecimentos e serviços externos (+7,8% / +2,2 M€ no período), incidindo de forma mais expressiva nos serviços especializados (+15% / +1,5 M€), em virtude da previsão total estar abaixo dos gastos efetivamente esperados, atendendo aos limites de crescimento dos gastos operacionais impostos pelo Despacho SET e SES de 2022 sem data (instruções para a elaboração dos instrumentos previsionais para 2023). Em termos homólogos (Anexo II), o aumento total registado foi de 7,26% (+5,2 M€), destacando-se de novo os gastos com fornecimentos e serviços externos (+13,54% / +2,8 M€), bem como os gastos com pessoal (+6,66% / +2,7 M€).

Assim, no que respeita aos fornecimentos e serviços externos, o desvio global face ao referencial do período foi de 7,8% (+2,2 M€ face ao OM) como já referido, destacando-se em particular as rubricas de serviços especializados (+15% / +1,5 M€), deslocações, estadas e transportes (+12,97% / +374 mil€), meios complementares de diagnóstico (+6,2% / +323 mil€) e meios complementares de terapêutica (+4,8% / +263 mil€).

Comparando com o período homólogo, verifica-se um aumento de 13,54% (+2,8 M€), tendo sido registadas previsões num total de 2,9 M€ (1,3 M€ nos subcontratos e 1,6 M€ nos restantes fornecimentos e serviços) baseadas na média da faturação do ano anterior e na recebida no corrente ano, por existirem atrasos na receção da faturação, correspondendo a 12,5% do total dos gastos processados nestas rubricas.

Por se tratar de elementos com um grande volume de previsões e de muita imprevisibilidade, existe sempre um grau de incerteza elevado quanto à sua evolução. Também com a manutenção da crise global ao nível dos combustíveis e da energia, torna-se difícil prever o seu verdadeiro impacto a médio prazo.

Ainda assim, com base nos dados registados, os subcontratos cresceram 6,12% (+533 mil€), com os principais aumentos a incidirem nos meios complementares de terapêutica (+7,7% / +313 mil€), nomeadamente hemodiálise (+7,32% / +173 mil€) e MFR (+50,61% / +185 mil€), mas também nos meios complementares de diagnóstico (+7,08% / +279 mil€) onde se destaca a imagiologia que cresceu 25,15% (+220 mil€); por outro lado, os internamentos diminuem 21,19% (-104 mil€).

Quanto aos restantes fornecimentos e serviços, existem acréscimos em quase todas as rubricas com maior relevância. Mantêm-se os habituais incrementos nos serviços especializados que registam um crescimento de 24,92% (+1,7 M€), devido essencialmente à rubrica de serviços técnicos de recursos humanos (+52,14% / +1,2 M€) onde subsiste uma forte incidência de serviços médicos a que recorremos para mantermos em funcionamento diversas valências e serviços (urgência, anestesiologia, cirurgia, ginecologia/obstetrícia, medicina interna, ortopedia, MGF, entre outras). Em deslocações, estadas e transportes também se constata um forte acréscimo que chega aos 23,11% (+476 mil€), com aumentos nas rubricas de bombeiros (+29,99% / +294 mil€), táxis (+19,9% / +121 mil€) que transportam os doentes em diálise por falta de disponibilidade das empresas de transporte de doentes (apesar de também haver transportes de doentes em diálise com bombeiros e ambulâncias) e ambulâncias (+17,4% / +67 mil€),

sendo necessário atuar sobre os motivos que estarão por detrás deste crescimento, tomando medidas corretivas que produzam ainda efeito visível no corrente exercício. No que respeita à energia e fluídos, continua a verificar-se um decréscimo que chega aos 7,51% (-127 mil€).

Quanto aos gastos com pessoal, o desvio global face ao referencial do período foi de 3,07% (+1,7 M€ face ao OM), ressaltando-se o facto de, contrariamente à análise à execução orçamental onde na dotação excluímos os gastos com o subsídio de Natal, aqui tal não suceder visto existir uma especialização mensal nestas rubricas. Em relação ao período homólogo, o montante processado está 6,66% (+2,7 M€) acima do verificado no ano anterior, com o principal incremento a incidir nos abonos variáveis e eventuais (+23,15% / +1,6 M€) devido ao SIGIC que apresenta um aumento de 133,97% (+1,2 M€). Nas remunerações certas e permanentes o acréscimo chega aos 2,46% (+614 mil€) atendendo à atualização salarial extraordinária ocorrida, tal como se verifica também ao nível do subsídio de refeição (+25,8% / +288 mil€). Todos estes aumentos justificam o crescimento ao nível dos encargos sobre remunerações (+5,81% / +438 mil€).

De assinalar também que, no âmbito da pandemia, estimaram-se gastos com pessoal na ordem dos 53 mil€ no período, na medida 095, conforme consta do reporte efetuado junto da DGO, mantendo-se inalterado nos últimos meses, contra os 1,1 M€ reportados em 2022, o que demonstra a menor incidência, neste período, dos gastos com o tratamento da Covid-19, e com tendência para se reduzir substancialmente.

Adicionalmente, de referir que continuamos a ter um peso bastante relevante de prestadores de serviços para darmos cobertura aos serviços de urgência, consulta externa e outras áreas carenciadas de profissionais, conforme já referido na análise aos fornecimentos e serviços externos, atendendo à elevada taxa de absentismo por doença e parentalidade, bem como à elevada média de idades, com impacto em Serviços Técnicos de Recursos Humanos e Honorários (3,7 M€ pagos a prestadores médicos até setembro de 2023, correspondendo a 87.377 horas, contra os 2,3 M€ pagos no ano anterior referentes a 63.992 horas).

Ao nível do CMVMC, a execução foi menor do que estimado, situando-se 5,97% abaixo do referencial teórico para este período (-793 mil€ em relação ao OM), nomeadamente devido ao desvio de -8,93% (-872 mil€) registado nos produtos farmacêuticos.

Face ao período homólogo, verifica-se uma variação negativa de 3,6% (-342 mil€), com o acréscimo absoluto mais acentuado a incidir nos gastos com material de manutenção e conservação (+14,13% / +11 mil€). Continua a verificar-se neste período uma redução expressiva em reagentes e outros produtos farmacêuticos (-14,54% / -179 mil€) devido à quebra relacionada com os testes à Covid-19. Em relação a medicamentos e material de consumo clínico, também se verificam diminuições, mais expressiva nos medicamentos (-151 mil€). Nos restantes armazéns, o consumo hoteleiro (+4,37% / +3 mil€) é o único que apresenta aumento de consumos.

De realçar que o consumo de medicamentos de cedência gratuita com suporte legal em ambulatório representa cerca de 53% do consumo total e tem maior incidência nas áreas de autoimunes, oncologia, hemofílicos, antipsicóticos e esclerose múltipla. Adicionalmente, tem havido um incremento do tratamento de patologias médicas de doentes seguidos até aqui nos grandes centros e que presentemente são encargo da ULSCB. De referir ainda que o despacho 48/2016 determinou que os medicamentos destinados ao tratamento de doentes com artrite reumatoide, espondilite anquilosante, artrite psoriática, artrite idiopática juvenil poliarticular e psoríase em placas beneficiem de um regime excecional de comparticipação com utilização de medicamentos biológicos de grande impacto económico, não só prescritos dentro da instituição, mas também em clínicas e hospitais privados.

Com o objetivo de redução dos gastos em medicamentos foram adotadas, nos últimos anos, medidas de combate ao desperdício que consistem na vigilância do cumprimento dos protocolos e justificações clínicas com base no antibiograma, cujo acesso foi permitido aos serviços farmacêuticos; no cumprimento dos tempos terapêuticos com paragem automática entre o 7º e 10º dia se não for feita nova reavaliação pelo clínico; na obrigatoriedade de preenchimento de justificação clínica, para antibióticos de amplo espetro; na obrigatoriedade de antibiograma para medicamentos de reserva, especialmente para Linezolid (internamento e ambulatório), não ultrapassando o tempo de tratamento indicado no RCM.

Em relação aos restantes armazéns, continuaremos a monitorizar com rigor os consumos dos serviços tendo em vista a redução de desperdícios que ainda possam existir e substituindo, se possível, os artigos menos vantajosos economicamente. Iremos ainda alargar a um maior número de serviços os armazéns avançados e continuaremos a ajustar os níveis de reposição de stocks em função do consumo real.

Por fim, no que respeita aos restantes encargos, os gastos e perdas por juros e outros encargos já ultrapassaram a dotação anual prevista (+271,82%), havendo ainda um desvio de 2,39% (+49 mil€ face ao OM) nos gastos de depreciação e de amortização e, em sentido inverso, destacam-se essencialmente os outros gastos e perdas que ficam 64,24% abaixo do referencial (-332 mil€). Comparativamente ao período homólogo, os mais relevantes prendem-se com as amortizações que cresceram 5,86% (+87 mil€), mantendo-se a especialização mensal da previsão de amortizações relativamente aos bens adquiridos após janeiro de 2016, num total de 1 M€ neste período, por ainda estar pendente de finalização o processo de integração/inventariação. Quanto aos gastos e perdas por juros e outros encargos, o incremento de 43,93% (+23 mil€) decorre essencialmente de uma coima de 19.500 euros paga ao IGAMAOT devido a uma contraordenação ambiental.

Analisando a evolução dos gastos operacionais, conforme estipulado no n.º 8 do art.º 133.º do DL 10/2023, de 8 de fevereiro - DLEO, verificam-se as seguintes variações no período em análise:

Evolução dos Gastos Operacionais	3T 2023 Exec.	3T 2022 Exec.	Variação 2023/2022	
			Absol.	%
(1) Custo com Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	9.163.044 €	9.505.068 €	-342.024 €	-3,60%
(2) Fornecimentos e Serviços Externos corrigidos dos efeitos da crise geopolítica	23.154.293 €	20.393.033 €	2.761.260 €	13,54%
- Efeito da crise geopolítica (energia, combustíveis, ...)	677.974 €	846.039 €	-168.065 €	-19,86%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii), iii) e iv)	38.788.848 €	35.717.430 €	3.071.418 €	8,60%
(i) Impacto do cumprimento de obrigações legais / orientações acionista	0 €	0 €		
(ii) Valorizações remuneratórias obrigatórias	3.560.606 €	3.615.364 €	-54.758 €	-1,51%
(iii) Efeito do absentismo ou indemnizações por rescisão contratual (exceto por mútuo acordo)	0	0	0 €	
(iv) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	176.479 €	537.817 €	-361.338 €	-67,19%
Gastos com Deslocações (FSE)	50.534 €	59.030 €	-8.496 €	-14,39%
Gastos com Ajudas de custo e Alojamento	57.874 €	49.847 €	8.027 €	16,10%
Gastos associados à frota automóvel	187.460 €	216.106 €	-28.646 €	-13,26%
Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	126.184 €	210.136 €	-83.952 €	-39,95%
Total Gastos Operacionais (1)+(2)+(3)	71.106.185 €	65.615.531 €	5.490.654 €	8,37%
Volume de Negócios (Vendas e Prestações de Serviços)	70.105.585 €	61.111.247 €	8.994.338 €	14,72%
Rácio Total Gastos Operacionais / Volume de Negócios	101,43%	107,37%		
Número Total de RH (OS + CD +Trabalhadores)	1437	1488	-51	-3,43%
N.º Órgãos Sociais (OS)	8	8	0	0,00%
N.º Cargos de Direção (CD)	1	1	0	0,00%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	1428	1479	-51	-3,45%
N.º Trabalhadores/N.º CD	1428	1479	-51	-3,45%
N.º de viaturas	47	47	0	0,00%

Nota: O valor indicado para 2022 na al. ii) sofreu alteração decorrente do facto do valor indicado anteriormente se referir apenas ao 3º trimestre e não ao acumulado do período, o mesmo acontecendo em relação ao ano de 2023.

Foi ainda revisto o impacto mencionado no relatório do 2º trimestre de 2023 na al. iv), o que justifica a descida que agora acontece face ao referido período.

- Aumento dos gastos com pessoal mesmo retirando o impacto decorrente das valorizações remuneratórias e da aplicação do disposto no art.º 21.º da Lei n.º 42/2016, essencialmente devido aos aumentos salariais e ao impacto do SIGIC;
- Quanto aos encargos com deslocações, ajudas de custo e frota automóvel, globalmente apresentam uma redução, embora no caso da frota automóvel seja devido ao atraso na contabilização de faturas de combustíveis que apenas estão registadas no trimestre seguinte, tal como já ocorrido no período anterior.
- No que respeita à contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, o decréscimo verificado neste período resulta essencialmente do facto de em 2022 existir um estudo elaborado pelo SUCH, no montante de 114 mil€, para a ampliação da unidade de cuidados intensivos, e que influenciou os gastos no referido ano.

B – Rendimentos e Ganhos

Confrontada com o referencial teórico do período (anexo III), a execução ficou 1,11% aquém do esperado, o que se traduziu num desvio de -1 M€ em relação ao OM.

Em termos de Contrato-programa, considerando todas as rubricas que compõem o mesmo, a execução face ao orçamento anual foi de 74,31%, o que representa um desvio de -642 mil€ em termos de OM.

Em relação às taxas moderadoras, a execução foi bastante positiva, tendo já ultrapassado a dotação anual estimada (113,56%), correspondendo a mais 192 mil€ face ao OM, justificando-se pelo facto de terem decorrido dois ciclos de recuperação de dívidas.

Em termos homólogos (anexo IV), os rendimentos evidenciam um acréscimo de 14,66% (+9 M€), com as prestações relacionadas com o Contrato-programa a registarem um aumento de 14,64% (+8,8 M€) face ao período homólogo de 2022, atendendo ao incremento registado no financiamento.

Quanto às taxas moderadoras, manteve-se a tendência de diminuição acentuada (-32,94% / -277 mil€), apesar dos dois ciclos de recuperação de dívidas já ocorridos no presente ano através do SITAM/SPMS. Embora tivéssemos como intuito maximizar a cobrança, quer presencialmente no momento do atendimento, quer através do envio de avisos com alguma periodicidade, a dispensa de pagamento de taxas a nível hospitalar (sendo apenas cobradas nos episódios de urgência caso não haja referência ou internamento) desde junho de 2022, que se seguiu ao já ocorrido ao nível dos cuidados de saúde primários em 2020 e 2021, veio reduzir consideravelmente os rendimentos provenientes desta fonte de financiamento, o que, aliado à eventual menor capacidade de os utentes pagarem as suas dívidas devido à atual crise, tem comprometido o nosso objetivo de aumento da cobrança, criando uma necessidade adicional de liquidez que atualmente estará acautelada, de alguma forma, no financiamento do Contrato-programa, devido ao aumento registado na dotação, embora os sucessivos acréscimos ao nível dos encargos com pessoal (não previstos no orçamento em vigor) diminuam a margem que poderia estar afeta a esta perda de rendimento.

III – Recursos Humanos

A evolução de recursos humanos na ULSCB durante o período em análise e relativamente ao 2º trimestre do ano de 2023 continuou estável.

Face à fase da pandemia COVID-19, podemos considerar que a situação atual se encontra normalizada, ainda assim, sem que, no entanto, se continuem a verificar alguns constrangimentos fruto da falta de autorização superior para abertura de procedimentos concursais, que apenas se tem verificado para substituição transitória de trabalhadores ausentes por longa duração e para substituição de cessação definitiva de contratos.

Estas limitações na contratação de novos trabalhadores e abertura de procedimentos concursais para admissão de novos trabalhadores, tem implicado um desfasamento entre a realidade manifestada e o mapa de pessoal aprovado, já que embora existindo lugares vagos os mesmos não podem ser totalmente preenchidos de acordo com as necessidades sentidas, a que acresce na área médica a falta de colocação de profissionais médicos e a promoção na carreira de muitos dos existentes.

Complementarmente, a instituição tem vindo a modernizar-se, reestruturar-se e a crescer, nomeadamente com a edificação recente de um novo polo de consulta externa e restauração de serviços clínicos e de apoio complementares, criando novos serviços, aumentando a sua capacidade, sem que esta realidade permita aumentar e adequar o número de profissionais à nova realidade estrutural e funcional atual. A própria criação de duas novas USFs, em funcionamento em edifícios distintos das UCSP, implica que um número considerado de ativos médicos, enfermeiros e assistente técnicos tenham sido alocados a estas novas estruturas, criando naturalmente deficiência nos recursos existentes nas UCSPs envolvidas, sem esquecer que os próprios assistentes operacionais têm agora de se repartir por mais dois edifícios.

É, pois, significativa a carência de recursos humanos para garantir a funcionalidade da estrutura que compõe a ULSCB.

Toda esta situação é tanto mais significativa quanto a afetação e a reorganização necessária dos recursos humanos tem outros diversos constrangimentos, nomeadamente, o absentismo, a idade média geral dos recursos humanos vinculados ao mapa de pessoal da ULSCB (47,5 anos – no final do ano 47,5 anos) e a idade média mais elevada em alguns grupos profissionais: Assistente Operacional – 50,0 anos, Assistente Técnico – 52,6 anos, Enfermagem – 45,9 anos (sendo que do universo de enfermeiros 142 têm igual ou mais de 55 anos), Pessoal Médico – 45,0 anos, sendo que se não forem contados os médicos do internato médico a idade sobe para os 50,8 anos, considerando que do total, 59 médicos têm igual ou mais de 55 anos e nestes a média é de 64,1 anos, o que representa uma instituição com um mapa de recursos humanos envelhecidos, particularmente preocupante a situação do pessoal médico.

Mapa comparativo de evolução dos Recursos Humanos da ULSCB do 2.º para o 3.º Trimestre de 2023

SRH MAPA DE PESSOAL GERAL ABSOLUTO DA ULSCB 3º. TRIM											
Carreira/Categoria	TOTAL GERAL 2022			TOTAL GERAL 2023			TOTAL GERAL ≠ 2022 / 2023			# 23 / 23	# 23 / 23
	julho	agosto	setembro	julho	agosto	setembro	julho	agosto	setembro	jul/set	ago/set
Conselho Administração	5	5	5	5	5	5	0	0	0	0	0
Administrador Hospitalar	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
Méd. Especialistas	152	153	151	144	142	144	-8	-11	-7	0	2
Méd. Grau Especialista	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
Méd. IIM - Formação Específ.	48	45	44	42	42	42	-6	-3	-2	0	0
Méd. IIM - Formação Geral	22	21	21	17	17	17	-5	-4	-4	0	0
Téc. Superior Saúde	16	16	16	17	17	16	1	1	0	-1	-1
Téc. Superior	35	36	36	33	33	33	-2	-3	-3	0	0
Enfermagem	536	536	535	529	531	531	-7	-5	-4	2	0
TSDT	98	101	101	102	103	104	4	2	3	2	1
Informática	11	11	10	10	10	10	-1	-1	0	0	0
Docente	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
Assistente Técnico	182	181	181	190	190	188	8	9	7	-2	-2
Assistente Operacional	352	351	351	343	351	348	-9	0	-3	5	-3
TOTAL - Efetividade funções	1460	1459	1454	1435	1444	1441	-25	-15	-13	6	-3
Pessoal fora da ULSCB	14	14	14	17	17	19	3	3	5	2	2
Pessoal Dentro de Out. Inst.	16	16	17	15	14	14	-1	-2	-3	-1	0
TOTAL GERAL ULSCB	1490	1489	1485	1467	1475	1474	-23	-14	-11	7	-1

Mapa comparativo mensal de evolução dos Recursos Humanos da ULSCB de dezembro 2022 para janeiro de 2023
e setembro do 3.º Trimestre de 2023

SRH	MAPA DE PESSOAL GERAL ABSOLUTO DA ULSCB														TOTAL ANUAL 2023			
TOTAL GERAL 2023																		
Carreira/Categoria	dez/22	jan	fev	# fev-jan	mar	# mar-fev	abr	# abr-mai	mai	# mai-abr	jun	# jun-mai	jul	# jul-jun	ago	# ago-jul	set	# set-ago
Conselho Administração	5	5	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0
Administrador Hospitalar	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0
Méd. Especialistas	143	143	149	6	147	-2	146	-1	148	2	150	2	144	-6	142	-2	144	2
Méd. Grau Especialista	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0
Méd. IIM - Formação Especif.	41	49	45	-4	45	0	44	-1	43	-1	42	-1	42	0	42	0	42	0
Méd. IIM - Formação Geral	20	17	17	0	17	0	17	0	17	0	17	0	17	0	17	0	17	0
Téc. Superior Saúde	16	16	16	0	17	1	17	0	17	0	17	0	17	0	17	0	16	-1
Téc. Superior	36	35	33	-2	34	-1	33	-1	33	0	33	0	33	0	33	0	33	0
Enfermagem	537	536	537	1	535	-2	534	-1	533	-1	532	-1	529	-3	531	2	531	0
Téc. Diag. Terapêutica	103	103	102	-1	103	1	103	0	103	0	102	-1	102	0	103	1	104	1
Informática	10	10	10	0	10	0	10	0	10	0	10	0	10	0	10	0	10	0
Educadora Infantil	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0
Assistente Técnico	184	183	184	1	182	-2	183	1	184	1	190	6	190	0	190	0	188	-2
Assistente Operacional	342	342	343	1	343	0	345	2	346	1	343	-3	343	0	351	8	348	-3
TOTAL - Efetividade funções	1440	1442	1444	2	1441	-3	1440	-1	1442	2	1444	2	1435	-9	1444	9	1441	-3
Pessoal fora da ULSCB	14	14	14	0	15	1	15	0	15	0	15	0	17	2	17	0	19	2
Pessoal Dentro de Out. Inst. *	17	17	18	1	17	-1	17	0	17	0	16	-1	15	-1	14	-1	14	0
TOTAL GERAL ULSCB	1454	1473	1476	3	1473	-3	1472	-1	1474	2	1475	1	1467	-8	1475	8	1474	-1

Conforme mapa seguinte identificado, em praticamente todos os grupos profissionais verifica-se uma assinalável taxa de absentismo que, com o envelhecimento do mapa de pessoal, tem propensão de subida, devido a todas as inerências que tal condição naturalmente impõe, determinando longos períodos de afastamento do serviço, ausências por licenças devido ao usufruto de direitos sociais e familiares, ausências por doença, aumento das situações de incapacidade parcial ou fixação de limitação para o trabalho, indicação para a realização de trabalhos moderados por avaliação do serviço de medicina do trabalho e, fruto de direitos consagrados nas respetivas carreiras, a existência de horários de trabalho com referência a carga horária semanal normal, representando na prática o cumprimento de carga horária mais reduzida.

Serviço de Recursos Humanos
(3º Trimestre)
PESSOAL ACTIVO E EM EFETIVIDADE DE FUNÇÕES NA ULSCB EM 30.09.2023 - 1.455 trabalhadores

01.07.2023 a 30.09.2023 - Dias Úteis

01.07.2023 a 30.09.2023 - Dias Úteis																				
GRUPOS PROFISSIONAIS	PESSOAL ACTIVO	Dias Trab. Obrigat.	CASAMEN-TO (1)	PARENTAL-DADE (2)	FALECIME-NTO FAMILIAR (3)	DOENÇA (4)	ADJENTE TRABALHO (5)	ASSIST. FAMILIA (6)	TRAB. ESTUDIAN-TE (7)	RESERVA DE CONTINGÊN-CIA (8)	GREVE (9)	INJUSTIFICA-DAS (10)	ACT. SINDICAL (11)	COM. GRATUITA / FORMAÇÃO (12)	OUTRAS (13)	TOTAIS DIAS AUSÊNCI-A	Média Faltas		% S/ TOTAL FALTAS ULSCB	
																	MÉDIA DIAS CARREIRA	MÉDIA S/ TOTAL TRAB. ULSCB		
Pessoal Médico (Inclui Internos)	204	46308	10	658	9	281	2	39			268			452	15	1.734	8,50	1.19	28,11%	
Técnico Superior de Saúde	15	3632				5		10			16			1		32	2,00	0.02	0,52%	
Pessoal de Enfermagem	540	122580	55	1.005	30	712		197	7				3	22	44	2.075	3,84	1,43	33,64%	
TSOT	107	24289	10	227	13	131		55	4					5	1	446	4,17	0.31	7,23%	
Pessoal de Informática	10	2278				3		6			1		12			22	2,20	0.02	0,36%	
Pessoal Docente	1	227														0	0,00	0,00	0,00%	
Pessoal Dirigente (Inclui Adm. Supr.)	6	1362														0	0,00	0,00	0,00%	
Assistente Técnico	189	42903		64	24	450	43	49	5					1	43	679	3,59	0,47	11,01%	
Assistente Operacional	348	78996		34	29	685	26	46					12	1	9	1.022	2,94	0.70	16,57%	
Técnico Superior (RG)	34	7716		35		108		7			3			1	5	159	4,68	0.11	2,58%	
TOTAIS	1.455	330.285	75	2.023	105	2.555	71	409	16	0	278	0	27	493	117	6.169	4,24	4.24	100,00%	
MÉDIA DIAS/TRAB. (**)			0,05	1,39	0,07	1,76	0,05	0,28	0,01	0,00	0,19	0,00	0,02	0,34	0,08	4,24				
Média % (227 dias de Trab. em 2023)		330.285	0,02	0,61	0,03	0,77	0,02	0,12	0,00	0,00	0,08	0,00	0,01	0,15	0,04	1,87	Absentismo			

(*) Outras = Doação de sangue, Jure. Serv. oficiais, Cumprimento obrigações, Mesas eleitorais, Compensação serviço de urgência, Covid 19, Exames Int. Médico, Dispensas v. efeitos remuneratórios

(**) Não contabilizados os trabalhadores do mapa de pessoal que exercem funções fora da ULSCB

É possível constatar no mapa, que o índice de absentismo no 3.º trimestre se situa no geral em 4,24 dias de ausência ao trabalho por cada trabalhador e que o total de ausências sobre os dias de trabalho obrigatórios representa um absentismo de 1,87%.

IV – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso

- A dívida total em 30/09/2023 fixava-se nos 27,9 M€ (+1,6 M€ face a 31/12/2022), crescendo em relação a fornecedores externos (+2,6 M€) e diminuindo em relação ao SNS e Outras Entidades do Estado (-1 M€). No entanto, como existem atrasos na receção de faturação, esta variações devem ser relativizadas. Ainda assim e confrontada com o período homólogo, a dívida atual recua 8,6 M€ e os *arrears* diminuem 4,4 M€.
- Apesar da dotação ter sido reforçada, continua aquém de cobrir todas as necessidades existentes, pelo que não conseguimos “poupar”, para fazer face aos subsídios, sem comprometer os pagamentos programados mensalmente.
- Apesar desta melhoria, ainda significativa se comparada com a situação existente antes do recebimento decorrente do Despacho Finanças e Saúde de 22 de dezembro de 2022 (18,3 M€) e que nos permitiu aliviar o sufoco em que a ULSCB se encontrava, será essencial tomar medidas que nos possibilitem controlar a dívida e se possível reduzir gastos, o que não se afigura fácil no atual contexto se quisermos manter a mesma estrutura de serviços disponibilizados.
- De referir por fim que 5,6 M€ da dívida total correspondem a faturação da ARS do Centro recebida e processada em finais de 2012 e início de 2013 e que se reporta a reembolsos relacionados com encargos com MCDT (4,6 M€) e vencimentos (1 M€) assumidos por essa entidade na fase de transição/criação da ULSCB, entre janeiro de 2010 e fevereiro de 2011. Parte desta dívida (4,6 M€) já poderia ter sido anulada pela ARS do Centro, com intermediação da ACSS, nos termos do despacho do SES de 25/06/2015, mas até à data não foi dado seguimento ao aludido despacho.
- Quanto ao PMR (prazo médio de recebimento), diminuiu 10 dias face ao período homólogo (-16,38%), essencialmente devido ao aumento do volume de negócios que cresceu 9 M€.

Período: janeiro a setembro

u.m.: euro

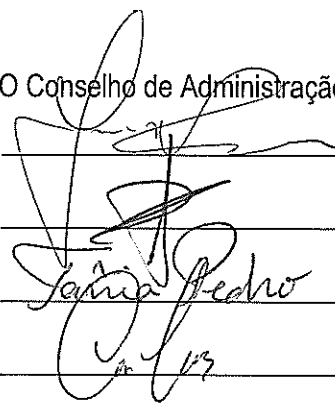
	2022	2023	variação	
			absoluta	%
Dívida Total	36.492.431	27.921.699	-8.570.732	-23,49%
Dívida vincenda	9.730.097	4.003.562	-5.726.535	-58,85%
Dívida vencida	26.762.334	23.918.137	-2.844.197	-10,63%
Pagamentos em atraso	20.355.021	15.890.762	-4.464.259	-21,93%
PMP ponderado (dias)	242	142	-100	-41,32%
PMR (dias)	58	49	-10	-16,38%

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- No final deste período, apesar da melhoria face ao período homólogo que se deveu à regularização de dívidas ocorrida em dezembro de 2022, a situação económico-financeira piorou ligeiramente, essencialmente por termos pago o subsídio de férias, e pelo facto dos gastos continuarem a aumentar, impulsionados pelos gastos com pessoal (que refletem o impacto das medidas de atualização remuneratória com efeitos desde o início do ano) e pelos fornecimentos e serviços externos.
- Não obstante o aumento ainda substancial do financiamento para o corrente ano, continua a existir uma desadequação entre gastos e rendimentos e, consequentemente, a dívida continuará a crescer, principalmente nos períodos coincidentes com o pagamento de subsídios e respetivos encargos/retenções onde a liquidez para pagamentos a fornecedores diminui consideravelmente.
- Logo, apenas será possível controlar a dívida com uma nova atualização do financiamento e uma contenção ao nível dos gastos, apesar de as situações mais críticas serem de difícil resolução no imediato, já que se prendem com remunerações pagas a colaboradores, bem como a prestadores de serviços médicos aos quais recorreremos para manter diversos serviços em funcionamento.

Castelo Branco, 05 de abril de 2024

O Conselho de Administração



João Pedro

Anexo I – Gastos e Perdas

u.m.: euro

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos)

30/09/2023

Código	Designação	Orçamento Anual (1)	Orçamento Mensualizado (2)	Processado em 30/09/2023 (3)	Execução Relativa Anual (3) / (1)	Execução Absoluta Mensualizada (3) - (2)	Dotação Disponível
61	CUSTO MERC.VEND. E MAT.CONS.:						
61241	Produtos farmacêuticos	9.760.000	7.320.000	6.447.984	66,07%	-872.016	3.312.016
612411	Medicamentos	8.150.000	6.112.500	5.394.096	66,19%	-718.404	2.755.904
612412/19	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	1.610.000	1.207.500	1.053.888	65,46%	-153.612	556.112
61242	Material de consumo clínico	3.200.000	2.400.000	2.465.701	77,05%	65.701	734.299
6126	Alimentação - géneros por confeccionar	920	690	603	65,54%	-87	317
61243	Material consumo hoteleiro	100.000	75.000	80.583	80,58%	5.583	19.417
61244	Material consumo administrativo	114.000	85.500	78.411	68,78%	-7.089	35.589
61245	Material manutenção/conservação	100.000	75.000	89.761	89,76%	14.761	10.239
61249	Outro material de consumo	0	0	0	0,00%	0	0
	Total da conta 61	13.274.920	9.956.190	9.163.044	69,03%	-793.146	4.111.876
62	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:						
621	Subcontratos e concessões de serviços	11.761.141	8.820.856	9.233.761	78,51%	412.905	2.527.380
62111	Meios complementares diagnóstico	5.206.800	3.905.100	4.228.082	81,20%	322.982	978.718
62112	Meios complementares terapêutica	5.489.000	4.116.750	4.379.998	79,80%	263.248	1.109.002
62113	Produtos vendidos p/farmácias	41	31	0	0,00%	-31	41
62114	Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	11.800	8.850	20.611	174,67%	11.761	-8.811
62115	Internamentos	749.000	561.750	387.354	51,72%	-174.396	361.646
62116	Contratos e Acordos	0	0	0		0	
62119	Outros subcontratos	304.500	228.375	217.716	71,50%	-10.659	86.784
622	Serviços especializados	9.700.000	7.275.000	8.730.826	90,01%	1.455.826	969.174
623	Materiais de consumo	73.000	54.750	38.756	53,09%	-15.994	34.244
624	Energia e fluidos	2.250.000	1.687.500	1.570.204	69,79%	-117.296	679.796
625	Deslocações, estadas e transportes	2.880.700	2.160.525	2.534.137	87,97%	373.612	346.563
626	Serviços diversos	1.299.000	974.250	1.046.608	80,57%	72.358	252.392
	Total da conta 62	27.963.841	20.972.881	23.154.293	82,80%	2.181.412	4.809.548
63	GASTOS COM O PESSOAL						
631	Remunerações órgãos sociais e de gestão	405.687	304.265	310.649	76,57%	6.384	95.038
632	Remunerações do pessoal	43.471.739	32.603.804	33.906.839	78,00%	1.303.035	9.564.900
6321	Remunerações certas e permanentes	34.389.726	25.792.295	25.536.543	74,26%	-255.752	8.853.183
63211	Remuneração base	27.249.473	20.437.105	20.496.960	75,22%	59.855	6.752.513
63212	Subsídio de férias	2.900.000	2.175.000	1.846.633	63,68%	-328.367	1.053.367
63213	Subsídio de Natal	2.530.000	1.897.500	1.754.986	69,37%	-142.514	775.014
63215	Subsídio de refeição	1.487.887	1.115.915	1.404.397	94,39%	288.482	83.490
6321xx	Outros	222.366	166.775	33.566	15,10%	-133.208	188.800
6322	Abonos variáveis e eventuais	9.082.013	6.811.510	8.370.296	92,16%	1.558.786	711.717
632204	Trabalho extraordinário	5.405.544	4.054.158	4.098.654	75,82%	44.496	1.306.890
632207	Subs. de prevenção, trab. noturno e de turno	1.994.529	1.495.897	1.584.517	79,44%	88.620	410.012
6322xxx	Outros	1.681.940	1.261.455	2.687.125	159,76%	1.425.670	-1.005.185
633	Benefícios pós-emprego	1.252	939	992	79,25%	53	260
634	Indemnizações	358	269	-2.953	-824,80%	-3.221	3.311
635	Encargos sobre remunerações	10.180.000	7.635.000	7.987.102	78,46%	352.102	2.192.898
636	Acidentes de trab. e doenças profissionais	205.000	153.750	129.068	62,96%	-24.682	75.932
637	Gastos de ação social	0	0	2.378		2.378	
638	Outros gastos com pessoal	26.716	20.037	22.591	84,56%	2.554	4.125
639	Outros encargos sociais	180.000	135.000	169.265	94,04%	34.265	10.735
	Total da conta 63	54.470.752	40.853.064	42.525.933	78,07%	1.672.869	11.944.819
60	Transferências e subsídios concedidos	0	0	0			
64	Gastos de depreciação e de amortização	2.032.931	1.524.698	1.573.355	77,39%	48.657	459.576
65	Perdas por imparidade	100.000	75.000	0	0,00%	-75.000	100.000
67	Provisões do período	50.000	37.500	0	0,00%	-37.500	50.000
68	Outros gastos e perdas	517.490	388.118	55.665	10,76%	-332.453	461.825
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	28.065	21.049	76.285	271,82%	55.237	-48.220
	TOTAL GERAL	98.437.999	73.828.499	76.548.574	77,76%	2.720.075	21.889.425

Anexo II – Variação Gastos e Perdas

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos)

30/09/2023

Código	Designação	Processado em 30/09/2022 (1)	Processado em 30/09/2023 (2)	Variação Absoluta (2)-(1)	Variação Relativa (2)/(1)
61	CUSTO MERC.VEND. E MAT.CONSUMO:				
61241	Produtos farmacêuticos	6.777.795	6.447.984	-329.810	-4,87%
612411	Medicamentos	5.544.651	5.394.096	-150.555	-2,72%
612412/19	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	1.233.143	1.053.888	-179.255	-14,54%
61242	Material de consumo clínico	2.483.444	2.465.701	-17.744	-0,71%
6126	Alimentação - géneros por confeccionar	750	603	-147	-19,58%
61243	Material consumo hotelheiro	77.206	80.583	3.377	4,37%
61244	Material consumo administrativo	87.223	78.411	-8.812	-10,10%
61245	Material manutenção/conservação	78.650	89.761	11.111	14,13%
61249	Outro material de consumo	0	0	0	0,00%
	Total da conta 61	9.505.068	9.163.044	-342.025	-3,60%
62	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:				
621	Subcontratos e concessões de serviços	8.701.253	9.233.761	532.508	6,12%
62111	Meios complementares diagnóstico	3.948.682	4.228.082	279.400	7,08%
62112	Meios complementares terapêutica	4.066.912	4.379.998	313.086	7,70%
62113	Produtos vendidos p/farmácias	31	0	-31	-100,00%
62114	Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	6.827	20.611	13.783	201,89%
62115	Internamentos	491.525	387.354	-104.172	-21,19%
62116	Contratos e Acordos	0	0	0	0,00%
62119	Outros subcontratos	187.275	217.716	30.441	16,25%
622	Serviços especializados	6.989.038	8.730.826	1.741.788	24,92%
623	Materiais de consumo	54.860	38.756	-16.103	-29,35%
624	Energia e fluidos	1.697.655	1.570.204	-127.451	-7,51%
625	Deslocações, estadas e transportes	2.058.432	2.534.137	475.705	23,11%
626	Serviços diversos	891.794	1.046.608	154.814	17,36%
	Total da conta 62	20.393.033	23.154.293	2.761.260	13,54%
63	GASTOS COM O PESSOAL				
631	Remunerações órgãos sociais e de gestão	288.985	310.649	21.664	7,50%
632	Remunerações do pessoal	31.719.319	33.906.839	2.187.520	6,90%
6321	Remunerações certas e permanentes	24.922.344	25.536.543	614.199	2,46%
63211	Remuneração base	19.920.419	20.496.960	576.541	2,89%
63212	Subsídio de férias	2.167.447	1.846.633	-320.814	-14,80%
63213	Subsídio de Natal	1.550.755	1.754.986	204.231	13,17%
63215	Subsídio de refeição	1.116.341	1.404.397	288.056	25,80%
6321xx	Outros	167.381	33.566	-133.815	-79,95%
6322	Abonos variáveis e eventuais	6.796.976	8.370.296	1.573.320	23,15%
632204	Trabalho extraordinário	3.950.611	4.098.654	148.043	3,75%
632207	Subs. de prevenção, trab. noturno e de turno	1.489.100	1.584.517	95.416	6,41%
6322xxx	Outros	1.357.264	2.687.125	1.329.861	97,98%
633	Benefícios pós-emprego	1.043	992	-51	-4,87%
634	Indemnizações	1.088	-2.953	-4.041	-371,29%
635	Encargos sobre remunerações	7.548.712	7.987.102	438.391	5,81%
636	Acidentes de trab. e doenças profissionais	153.160	129.068	-24.091	-15,73%
637	Gastos de ação social	0	2.378	2.378	
638	Outros gastos com pessoal	18.779	22.591	3.812	20,30%
639	Outros encargos sociais	139.524	169.265	29.740	21,32%
	Total da conta 63	39.870.611	42.525.933	2.655.322	6,66%
60	Transferências e subsídios concedidos	0	0	0	
64	Gastos de depreciação e de amortização	1.486.227	1.573.355	87.128	5,86%
65	Perdas por imparidade	0	0	0	
67	Provisões do período	0	0	0	
68	Outros gastos e perdas	61.506	55.665	-5.841	-9,50%
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	53.001	76.285	23.284	43,93%
	TOTAL GERAL	71.369.445	76.548.574	5.179.129	7,26%

Anexo III – Rendimentos e Ganhos

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos)

30/09/2023

Código	Designação	Orçamento Anual (1)	Orçamento Mensualizado (2)	Processado em 30/09/2023 (3)	Execução Relativa Anual (3) / (1)	Execução Absoluta Mensualizada (3) - (2)	Dotação por Executar
70	Impostos, contribuições e taxas						
704108	Taxas moderadoras	497.242	372.932	564.645	113,56%	191.714	-67.403
7041xx	Outras taxas	40.000	30.000	21.773	54,43%	-8.227	18.227
	Total da conta 70	537.242	402.932	586.418	109,15%	183.487	-49.176
71	Vendas	0	0	0			
72	Prestações de serviços e concessões						
7201164	Incentivos institucionais	9.301.481	6.976.111	6.585.448	70,80%	-390.663	2.716.033
7201165	Valor capitacional (ULS)	82.732.460	62.049.345	61.801.149	74,70%	-248.196	20.931.311
7201168	Internos	980.866	735.650	732.706	74,70%	-2.943	248.160
7201169	Outras prestações de serviços	0	0	0			
72012	Prest. saúde de financiamento vertical (ACSS)	200.000	150.000	122.808	61,40%	-27.192	77.192
72013	Outras entidades responsáveis	413.998	310.499	277.056	66,92%	-33.442	136.942
7299	Outros serviços	0	0	0			
	Total da conta 72	93.628.805	70.221.604	69.519.167	74,25%	-702.437	24.109.638
75	Transferências e subs. correntes obtidos	110.769	83.077	50.335	45,44%	-32.742	60.434
76	Reversões	241.826	181.370	0	0,00%	-181.370	241.826
78	Outros rendimentos e ganhos	539.141	404.356	78.568	14,57%	-325.788	460.573
79	Juros, dividendos e out. rend. Similares	0	0	3		3	-3
	TOTAL GERAL:	95.057.783	71.293.337	70.234.491	73,89%	-1.058.846	24.823.292

Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos)

30/09/2023

Código	Designação	Processado em 30/09/2022 (1)	Processado em 30/09/2023 (2)	Variação Absoluta (2) - (1)	Variação Relativa (2)/(1)
70	Impostos, contribuições e taxas				
704108	Taxas moderadoras	841.987	564.645	-277.342	-32,94%
7041xx	Outras taxas	28.237	21.773	-6.464	-22,89%
	Total da conta 70	870.224	586.418	-283.806	-32,61%
71	Vendas	0	0	0	0,00%
72	Prestações de serviços e concessões				
7201164	Incentivos institucionais	5.744.505	6.585.448	840.943	14,64%
7201165	Valor capitacional (ULS)	53.841.101	61.801.149	7.960.048	14,78%
7201168	Internos	707.355	732.706	25.351	3,58%
7201169	Outras prestações de serviços	0	0		
72012	Prest. saúde de financiamento vertical (ACSS)	136.851	122.808	-14.044	-10,26%
72013	Outras entidades responsáveis	-188.810	277.056	465.866	-246,74%
7299	Outros serviços	0	0	0	0,00%
	Total da conta 72	60.241.003	69.519.167	9.278.164	15,40%
75	Transferências e subs. correntes obtidos	53.951	50.335	-3.615	-6,70%
76	Reversões	8.000	0		
78	Outros rendimentos e ganhos	83.255	78.568	-4.687	-5,63%
79	Juros, dividendos e out. rend. Similares	0	3	3	
	TOTAL GERAL:	61.256.432	70.234.491	8.978.059	14,66%